



PROGRAMA DE GOVERNO UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO (UP)

O documento com a proposta de governo apresentado pela candidatura Leonardo Pericles e Samara Martins é derivado do debate em torno do programa nacional do Partido Unidade Popular pelo Socialismo (UP), aprovado no acúmulo de seus dois congressos subseqüentes (2019 e 2021). Isso significa que traz o acúmulo da experiência do socialismo em diversos países ao longo do século XX e também das soluções aplicadas na resistência social do povo trabalhador brasileiro nas diversas etapas da sociedade de classes que se instaurou há 522 anos, passando por 400 anos de escravidão (indígena e negra) ao atual regime de trabalho assalariado.

Para maior aprofundamento de nossa análise sobre a formação econômica, política e social do Brasil, acesse o texto completo da Resolução Política e Programa entrando em contato pelo site www.unidadepopular.org.br.

Reforçamos que as diretrizes aqui expostas devem ser aplicadas sobre o critério da prática social, com permanente acúmulo e adaptação às condições vigentes da luta da classe trabalhadora contra a elite econômica dominante e frente ao desenvolvimento produtivo e tecnológico vivido pela sociedade Brasileira.

Devemos aprender com a experiência e assimilar soluções que fortaleçam o programa socialista de nosso partido, neste sentido nosso povo é parte da caminhada e construção permanente de nossas propostas.

PROCESSO ELEITORAL MARCADO PELA LUTA CONTRA O GOLPISMO FASCISTA E EXPLORAÇÃO DO POVO

O Brasil de 2022 tem a marca dos resultados da profunda crise econômica e social que se estende desde 2013, ano de início da expressão maior dos efeitos da crise internacional do Capitalismo de 2008. Também contribuíram para piora da vida da população o conjunto de Reformas antipovo aplicadas após o golpe institucional de 2016, são elas: Reformas de Teto de Gastos e Terceirização Irrestrita (Temer) e Reforma da Previdência (Bolsonaro).

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas constata que chegamos ao patamar de 63 milhões de brasileiros vivendo com R\$ 500 mês, no país os 10% mais ricos detém 80% do patrimônio privado. Em contrapartida, a metade mais pobre tem 1% da riqueza (dados do Relatório Oxfam "Terra, Poder e Desigualdade na América Latina). O país campeão em produção de alimentos deixa 33 milhões de pessoas com fome (Estudo Rede Penssan e Vox Populi).

O povo trabalhador é a imensa maioria do país e 70% de toda esta população vive com menos de dois salários mínimos ao mês (PNAD IBGE 2019). Aproximadamente 30 milhões de brasileiros possuem carteira assinada, enquanto 38 milhões atuam na informalidade como autônomos, ou em condições precárias como a imensa massa de trabalhadores de aplicativos. O país passou por um intenso processo de desindustrialização e reprimarização da economia, fruto do processo de entrega do



patrimônio das estatais e privatização das reservas petrolíferas e parques petroquímicos. Os setores extrativistas na mineração ou agronegócio para exportação, passaram a vigorar como ramos de maior impacto na produção nacional frente à indústria de transformação.

Tudo isso com o patamar de total domínio do Capital Financeiro sobre a economia e Estado Brasileiros. grande Bancos como Itaú, Santander e Safra, atingem lucros recordes com controle de diversos setores produtivos, levam mais de 50% do orçamento da união por meio do mecanismo do sistema da dívida pública e mais recentemente com o controle do Banco Central, frente a chamada “autonomia” concedida Bolsonaro e Paulo Guedes.

Bolsonaro e seus generais traidores, servem para manter a crise nas costas do povo trabalhador

Cinicamente, Bolsonaro e o Centrão após ficarem anos desviando recursos bilionários em orçamentos secretos e cortes de verbas na educação e saúde, além de repasses ilegais para aliados nos ministérios, decidem ampliar o período e alcance do auxílio Brasil até dezembro, em manobra puramente eleitoreira. Importante lembrar que em março de 2020 o governo era contrário ao auxílio emergencial, defendia “abertura total” da economia em meio a pandemia, prática que mesmo mitigada levou ao genocídio de milhares entre as mais de 600 mil mortes por Covid. Se quisessem mesmo garantir dignidade à população deixavam de priorizar a remuneração dos banqueiros com trilhões de Juros e Amortizações da Dívida Pública e tornavam permanente o auxílio.

Os Generais que cercam Bolsonaro em ministérios e cargos de comando em estatais estão cada dia mais desmoralizados, com salários milionários e nenhuma solução para os problemas do país. Em maio de 2021, em portaria do Ministério da Economia, tiveram seus soldos ampliados de R\$ 33 mil para R\$ 66 mil. Depois de 30 anos de redemocratização questionam as urnas, mas nunca promoveram eleições em seus quartéis, ou seja não sabem nada sobre processos democráticos.

Este setor do alto comando das forças armadas historicamente subserviente aos interesses das multinacionais estrangeiras, em especial dos Estados Unidos, prepara um ataque declarado ao processo eleitoral com a falsa desculpa do questionamento da lisura das urnas eletrônicas.

Escondem que temem uma imensa rejeição popular no pleito de outubro, fato que criaria condições para uma contraofensiva social da classe trabalhadora exigindo seus direitos roubados nas últimas décadas.

Porém, não podemos permitir que este objetivo golpista se efetive, devemos nos mobilizar para derrotar nas ruas e nas urnas as ameaças fascistas. Por isso, as candidaturas da UP à Presidência da República e demais candidaturas majoritárias e proporcionais no restante do país estarão a serviço da mobilização em defesa das liberdades democráticas.

PROPOSTAS EMERGENCIAIS DE GOVERNO

Suspensão imediata do pagamento de juros e amortização da dívida pública, seguido de processo público de auditoria. Com esta medida podemos deslocar aproximadamente R\$ 2 trilhões do orçamento público, que representa $\frac{1}{3}$ do PIB nacional, para medidas em benefício do povo trabalhador. Hoje o sistema da dívida cumpre papel de desviar orçamento público ao grande Capital

financeiro privado. (anlise em <https://auditoriacidade.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>)

Criação de frentes emergenciais de trabalho, nos bairros pobres e interiores de todo o país, com obras de infraestrutura em saneamento, manutenção e construção de postos de saúde, moradias populares para geração de milhões de empregos;

Garantia de auxílio emergencial de um salário mínimo, de forma permanente até completa oferta de emprego para a população.

Referendo revogatório da Reforma do Teto de Gastos (Temer 2016), **Trabalhista** (Temer 2017), **Terceirização Irrestrita** (Temer 2017) e **Previdenciária** (Bolsonaro 2019).

Convocar o povo a governar criando as condições de uma constituinte popular para aprovar medidas que coloquem o povo trabalhador com o controle da riqueza social do país. A prioridade deste processo é dar poder sobre o Estado aos assalariados, desempregados, camponeses, indígenas, quilombolas, pequenos comerciantes, autônomos, mulheres, negros, Lgbts e todos os demais explorados do país.

Promover a redução dos altos salários dos cargos políticos legislativos e do executivo (Presidente e Ministros), bem como dos altos magistrados dos tribunais. Obrigatoriedade de uso de educação e saúde pública para todos os governantes e legisladores. Compreendemos que desta forma será dada melhor atenção a estas áreas que atendem a imensa maioria da população Brasileira.

PROPOSTAS ESTRUTURANTES DE GOVERNO RUMO AO CUMPRIMENTO DOS PONTOS DO PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR

1. Controle social de todos os monopólios e consórcios capitalistas e dos meios de produção nos setores estratégicos da economia; planificação da economia para atender às necessidades da população e acabar com as desigualdades regionais e sociais;

- Política econômica (cambial, monetária e fiscal) a serviço da população: utilizar todos os instrumentos de política e gestão econômica para garantir a estabilidade de preços e o poder de compra da população, sobretudo a mais pobre. Promover o direcionamento de produção para atividades que atendam prioritariamente às necessidades básicas da população, exemplos: primeiramente garantia de alimentos para o povo, e somente em segundo lugar para a exportação; garantia de autossustentação na produção e beneficiamento de combustíveis, com retomada das refinarias privatizadas para o controle da Petrobrás sob gerenciamento estatal e popular.
- Encampação pelo Estado de plantas industriais em processo de falência judicial ou fechamento: indicação de plano de utilização e adequação de fábricas de multinacionais e grandes empresas fechadas ou falidas para gerenciamento cooperativo entre trabalhadores e

em benefício da população.

- Política Industrial Ativa e Direcionada a Setores Estratégicos: ações conjuntas e articuladas de financiamento, estímulo à contratação e a realização de pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia para a integração de certas atividades e polos industriais às cadeias produtivas de maior valor agregado, tais como energias limpas e renováveis, semicondutores, fármacos e complexo de saúde, software, insumos básicos, produção de veículos e instrumentação e maquinário agro-industrial.
- Estímulo à construção de redes de economia local e solidária: apoio (inclusive com subsídios e linhas de crédito especiais) às organizações de feiras agroecológicas, de artesanato e de pequenos produtores locais de bens e serviços, de modo a favorecer a cultura de apoio mútuo e descentralizado dentro das comunidades/bairros.
- Garantia de aplicação combinada de todo o orçamento constitucional nas áreas de Educação, Saúde e Seguridade Social: com plano de garantia do livre acesso à educação superior, construção de escolas técnicas, universidades e hospitais integrados, acessíveis nos complexos de favelas e regiões de bairros pobres das cidades.
- Combate às desigualdades sociais por meio da revisão das legislações ultraliberais de controle social: Lei de Segurança Nacional, Lei da Liberdade Econômica, Lei Geral de Proteção de Dados, Lei de Propriedade Industrial, entre outras.

2. Nacionalização do sistema bancário e controle popular do sistema financeiro;

- Sistema bancário sob controle popular: controle estatal e popular do Banco Central, política estatal oficial de sobre crédito e controle de taxas e juros (spread) abusivos, através da concorrência direta com os bancos públicos, e com limitação dos valores para os entes privados de crédito (sob responsabilidade do Banco Central). Estímulo à criação de pequenos bancos regionais de caráter público associativo.

3. Fim da espoliação imperialista sobre a economia nacional; estancamento da sangria de nossos recursos para o exterior, pondo fim às remessas de lucros, dividendos, pagamento de royalties e pagamentos da dívida externa; anulação dos acordos e dívidas do Estado com os capitalistas estrangeiros, que foram contraídos contra a soberania e os interesses dos trabalhadores; garantia de total independência econômica do Brasil frente aos países imperialistas, em particular ao imperialismo norte-americano; transferência do comércio exterior para os órgãos do Estado;

4. Reestatização das estatais privatizadas; fim dos leilões do petróleo; revisão das concessões dos portos, aeroportos e estradas brasileiras entregues a empresas privadas.

- Constituir monopólio público em áreas estratégicas como geração de energia, telecomunicações, produção de combustíveis, entregas e encomendas interestaduais e internacionais.

5. Garantia de emprego e trabalho obrigatórios para todas as pessoas adultas capazes de trabalhar; proibição da exploração do trabalho infantil;

- Política Nacional de Garantia de Emprego: recrutamento direto da força de trabalho desempregada/desocupada/subempregada e atuando na informalidade, para projetos nacionais

na área de infraestrutura, saneamento, construção civil (moradias e aparelhos públicos diversos) e abastecimento.

- Fiscalização e combate aos modos de trabalho análogos à escravidão.

6. Reforma agrária popular; nacionalização da terra e fim do monopólio privado da terra;

- Garantia do acesso à terra com crédito abundante para todos que nela trabalhem, no campo (interior) e nas proximidades das grandes cidades, com fomento às pequenas culturas, à agricultura urbana e à agricultura familiar, para o povo produzir e comprar alimento saudável e barato.
- Realizar ações discriminatórias nas terras dos cerrados brasileiros para regularizar e retirá-las das mãos dos grileiros, entregando-as a cooperativas rurais, formadas por pequenos produtores e trabalhadores sem terra;
- Atualização dos índices agropecuários de produtividade para desapropriação dos latifúndios.
- Atualizar a estrutura do INCRA visando encurtar o tempo dos processos de desapropriações e expropriações de imóveis que não cumprem a função social;
- Universalizar a assistência técnica e extensão rural, capacitação aos agricultores(as) na perspectiva agroecológica, crédito e políticas de comercialização para as famílias assentadas e pequenos proprietários(as) rurais;

7. Anulação dos impostos extorsivos cobrados do povo; imposto sobre as grandes fortunas e progressivo. Quem ganha mais, paga mais;

- Taxação de grandes fortunas e reforma tributária popular; reduzir fortemente a carga de impostos indiretos que atingem a população em geral, criar ou aumentar sobre grandes propriedades, lucros e dividendos e rever a política do imposto sobre circulação de mercadoria - ICMS - que taxa por igual ricos e pobres. Reestruturar, de forma progressiva, as alíquotas de imposto de renda, aumentando a faixa de isenção da maior parte das famílias pobres da imposição do imposto de renda, com elevação do piso, e aumentar a alíquota de milionários e bilionários.

8. Estatização de todos os meios de transporte coletivo;

9. Educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis; fim do lucro na educação. Garantia de livre acesso do povo à universidade e/ou cursos técnicos profissionalizantes; fim do vestibular, vestibulinho ou qualquer processo seletivo;

- Efetivar um plano nacional da Escola Básica Integral, *ver texto anexo ao final da Proposta de Governo.
- Lançamento de programa de erradicação do analfabetismo no país, envolvendo redes e mobilizadores populares ligados aos movimentos sociais e educacionais.
- Revogação da Lei do Novo Ensino Médio e reformulação do currículo escolar com base na ampliação dos conhecimentos básicos e científicos necessários ao jovem no Ensino Médio.
- Ampliação da destinação de recursos ao FUNDEB, garantindo de imediato a destinação já prevista em lei de mais R\$ 10,2 bilhões relativos ao VAAT.
- Fim da intervenção no MEC e construção de uma rede de acompanhamento do desenvolvimento da educação básica junto às secretarias estaduais de educação para

estruturar o sistema nacional de educação.

- Política Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia: ampliar a rede de escolas públicas de ensino fundamental, médio, técnico e superior, em especial nas periferias das grandes cidades e no interior do País.
- Ampliar as instituições de pesquisa e integrá-las aos programas de pós-graduação. Ampliar o número de bolsas de pesquisa nos cursos de graduação, pós-graduação e aprofundar os convênios para bolsas no exterior nos países centrais, nos vizinhos latino-americanos e nos países do leste global.
- Investir em ciência e tecnologia com vistas a fortalecer a soberania econômica, criando mecanismos de maior participação e controle popular na agenda de pesquisa e nos seus resultados.
- Garantir aquisições de tecnologias relevantes vindas do exterior, promovendo a real transferência de conhecimentos, para diminuir a dependência em setores da fronteira tecnológica e reduzir os pagamentos externos a título de royalties.

9. Democratização dos meios de comunicação, com a socialização de todos os grandes canais de televisão, jornais e rádios; garantia a todos os cidadãos de acesso aos meios de comunicação;

10. Ampla liberdade de expressão e organização para os trabalhadores e o povo; fim das doações de capitalistas para campanhas eleitorais;

- Aplicação de um amplo processo de democratização popular da Estrutura de Estado. Construindo mecanismos efetivos de democracia direta e participativa, criando Conselhos Populares regionais e para as áreas de Estado, com poder orçamentário. Realizar plebiscitos, referendos e consultas públicas, sem intervenção do poder do grande capital.

11. Justiça: juízes e tribunais eleitos pelo povo;

- Debater a reforma do Sistema de Justiça e do Sistema Penitenciário: promover a democratização dos tribunais debatendo a ampliação de cotas para os cargos do Poder Judiciário; grande esforço de revisão das penas da população carcerária; avaliação das estruturas físicas e da gestão dos presídios do País com fins de buscar a recuperação social e garantir dignidade para as pessoas presas.

12. Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; fim do racismo e da discriminação dos negros; firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças; pela descriminalização e legalização do aborto; lutar contra todas as manifestações lgbtfóbicas; firme punição aos infratores.

- Desenvolver a política de Reforma Agrária e Reforma Urbana sob a ótica de reparação da população negra.
- Política de reparação histórica e cultural, alterando nome de ruas, monumentos que cultuam figuras de escravistas, ditadores e genocidas. No seu lugar devemos levantar nomes de heróis explorados e oprimidos.
- Programa de ampliação das vagas nos setores públicos para população negra, garantia de ensino de história da cultura afro-brasileira, combate a violência de Estado.

- Recuperação e fortalecimento do Instituto Palmares e ações de reconhecimento e apoio aos territórios quilombolas.
- Garantia de políticas de combate a violência à contra a mulher, construção de rede nacional casas abrigo
- Combate às diferenças salariais.
- Promover o debate sobre a política de planejamento familiar desde a perspectiva e a necessidade da mulher . Valorização e garantia de direitos às mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico.
- Compreender o cuidado doméstico ou de criação dos filhos como uma tarefa da sociedade; criar ampla rede de creches, lavanderias coletivas e restaurantes populares.
- Legalização do aborto na ótica da saúde pública, primando pela vida das mulheres.
- Enfrentar a LGBTfobia: criação de programas de estímulo à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho; formulação de políticas de saúde e seguridade social específica à parcela dessa população vítima de violências físicas, psicológicas e sexuais.

13. Fim de qualquer discriminação religiosa, de raça ou sexo; plena garantia à liberdade religiosa;

14. Defesa e proteção do meio ambiente e da natureza; proibição da destruição de florestas; estabelecimento do controle popular sobre a Amazônia e expulsão de todos os monopólios estrangeiros da região;

- Realizar programa de transição de matrizes energéticas e de extração de matérias primas que respeite a conservação da natureza e evite catástrofes ambientais.

14. Demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas; garantia de escolas diferenciadas para os indígenas e incentivo e apoio às línguas indígenas; defesa da cultura e dos direitos dos povos originários;

- Recuperação e fortalecimento da Funai e controle das atividades extrativistas que agridem e ameaçam a vida das populações originárias.
- Aumento da fiscalização de atividades com qualquer grau de impacto ambiental.

15. Garantia de saúde pública e gratuita para todos; fim da exploração dos planos de saúde privados;

- Investimento e defesa do serviço de saúde pública e universal, notadamente do SUS que deve ser fortalecido e melhorado. Maior controle social por Conselhos Populares das "Agências e agentes" de controle e regulação da saúde.
- Manter permanente controle contra aumentos abusivos do setor privado de saúde em especial dos Planos Privados que não devem fixar aumentos maiores do que os reajustes atribuídos ao salário mínimo nacional.

16. Defesa e incentivo à cultura nacional e popular; nacionalização de todas as companhias gravadoras de música e produtoras de filmes;

- Favorecer os setores culturais e de entretenimento: políticas específicas para a geração de renda em cadeias produtivas que envolvam bens e serviços culturais, desde festas populares

típicas de regiões e populações até o setor de audiovisual, fomentando a criação de conteúdo.

- Democratização dos meios de comunicação e dos aparelhos públicos culturais (teatros, museus, galerias e centros de convenções e eventos); implementação de uma indústria cinematográfica nacional e criação de provedores de conteúdo de domínio público e infraestrutura aberta, além de alternativas de redes sociais sob controle popular.

17. Jornada de trabalho: redução para seis horas para todos os trabalhadores e aumento geral dos salários;

- Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, elevação geral dos pisos salariais e garantia de emprego para toda a população.
- Política de elevação do salário mínimo acima da inflação.
- Proposição de regime alternativo de (6 horas diárias), de modo a criar a possibilidade de dois turnos de trabalho nos dias úteis, aumentando a oferta de postos de trabalho, sem redução desproporcional de salários,

18. Estabelecimento de lei garantindo o descanso em dias festivos, domingos e feriados para os trabalhadores, excetuando os setores essenciais;

19. Garantia de moradia digna, saneamento e coleta de lixo para todas as famílias brasileiras; destinar os imóveis abandonados para resolver o déficit habitacional; realização de uma profunda reforma urbana;

- Garantia da função social das propriedades urbanas, através de alíquotas progressivas de IPTU, fiscalização e vistorias, combatendo a especulação, para toda a população ter moradia, acesso fácil ao trabalho e ao lazer, e viver com dignidade.

20. Julgamento, prisão e confisco dos bens de todos os corruptos;

- Combater a corrupção e os privilégios: confisco de bens e cassação de direitos políticos de corruptos e corruptores após condenação; redução de salários, e vencimentos e benefícios desnecessários de chefes de executivo, judiciário e parlamentares, e criação de mecanismos de uso obrigatório de serviços públicos para familiares e os próprios que ocupam posição de comando nos poderes da república.

21. Apoio à luta de todos os povos e países pela libertação da dominação capitalista e da espoliação imperialista; defesa da soberania, independência e autodeterminação dos povos.

- Política de Integração Regional e Política Externa Ativa e Soberana: aprofundar as relações multilaterais entre os países vizinhos na América Latina e retornar aos esforços diplomáticos contra hegemônicos com os parceiros estratégicos africanos e asiáticos. Voltar a exportar influência e excelência técnica nas áreas em que o Brasil é referência e intensificar o intercâmbio com as experiências internacionais de transformação social, sobretudo para a superação do subdesenvolvimento

22. Pelo fim da polícia militar; fim de qualquer repressão aos movimentos sociais;

- Reorganização da Política Nacional de Segurança Pública com participação popular e desmilitarização das polícias estaduais: combater a lógica racista de inimigo interno e resgatar o lema “proteger e servir”, trazendo a população para perto da organização. Aumentar a eficiência do aparato de inteligência para o combate do crime organizado.

23. Punição exemplar para os torturadores e assassinos da ditadura, revisão imediata da Lei da Anistia; todo apoio à luta pela Memória, Verdade e Justiça.

- Cadeia para torturadores da Ditadura Militar de 1964: para combater a impunidade e abuso de poder. Reinstaurar e dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão da Verdade de forma a garantir a punição para torturadores do período do Regime Militar e, assim, alcançar justiça e reparação às vítimas e ao País.

Propostas em defesa da População Com Deficiência

- Manutenção do BPC para as mães que perderam seus filhos por ficarem anos fora do mercado de trabalho até ela ser inserida novamente.
- Auxílio para a mãe que cuida exclusivamente do filho.
- Que o BPC seja concedido para a pessoa com deficiência, independente de renda família que seja um benefício para pessoa com deficiência permanente pobre.
- Ter no transporte público 40% dos assentos adaptados.
- Centros de reabilitação completo em todos os bairros que tenham um grande número de pessoas com deficiência

Anexo do Plano Nacional de Escola Integral

1) A Escola como espaço de educação integral.

A escola tem como função, também, o desenvolvimento de habilidades sociais da criança, momentos fora da sala de aula, como intervalos, recreios, almoços, etc. são também didáticos, no sentido de que neles a criança e o adolescente interagem, convivem com a diferença e desenvolvem autonomia.

No entanto, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 12% das 141 mil escolas públicas do Brasil não têm banheiro no prédio; 33% não têm internet; 31% não têm abastecimento de água potável; 58% não contam com coleta e tratamento de esgoto; 68% não têm bibliotecas; e 67% não possuem quadra.

Não é possível culpar os professores, muitos, inclusive, possuindo altos níveis de formação acadêmica, pela evasão escolar ou pelo nível não satisfatório de aprendizagem, tampouco é insuficiente reformar os currículos, acrescentando ou retirando tempo de disciplinas ou construindo novas matérias a serem estudadas. É necessário construir uma boa escola, completa, que conte com espaço para convivência, esportes e leitura.

Com o objetivo de fortalecer, universalizar o saneamento básico, acesso a internet, esporte, etc. das escolas de ensino básico, propomos o **Programa de Fortalecimento Integral da Escola** que contava com verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para reformar, de forma sistemática e planejada, as escolas de

ensino básico brasileiras.

O termo Escola Integral tem dois sentidos principais, não necessariamente coincidentes. Existe a Escola em Tempo Integral, que mantém o aluno (a) no ambiente escolar durante todo o período comercial diurno e a Escola Integral, concepção de que a escola deve formar o estudante em todas as suas dimensões: Intelectual, cultural, social e física. A concepção que defendemos aqui é a segunda, tendo em vista que o aumento no tempo de estadia na escola não necessariamente implica em aumento do rendimento escolar.

O plano se daria em diferentes fases:

A - Estudo das Escolas de Ensino Fundamental e Médio com estruturas irregulares. O esforço seria feito de forma descentralizada, em parceria com Estados e Municípios. Sindicatos de professores locais, assim como movimentos representativos dos discentes seriam chamados a participar do processo. Todo o processo de estudo deve ser realizado no primeiro ano de governo.

B - Do estudo resultará a criação de uma lista de prioridades, as escolas em situação mais calamitosas seriam atendidas mais rapidamente.

Grupo I: Escolas em gravíssima situação sanitária, sem acesso à água potável, coleta de lixo e sem banheiro.

Grupo II: Escolas em grave ou difícil situação sanitária, sem quadra, sem biblioteca, sem espaço de convivência e sem laboratórios.

Grupo III: Escolas em situação sanitária aceitável, mas com espaços inadequados para biblioteca, convivência, esporte e laboratórios.

Após o término das obras do grupo I, seriam iniciadas de forma imediata as do grupo II e assim sucessivamente.

2) Soberania alimentar na Escola

Atualmente o Governo Federal repassa a Estados e municípios o valor de R\$ 00,30 para merenda escolar nos ensinos fundamental e médio e R\$ 00,53 no ensino infantil. É uma quantia ridícula. Em muitos bairros e cidades pobres a merenda escolar é, muitas vezes, a principal refeição que fará a criança ou adolescente no dia, principalmente em tempos de crise.

É essencial que aumentemos esse valor e que melhoremos a qualidade nutricional da merenda escolar!

Entendemos também que o estudante não é uma pessoa isolada no mundo e, portanto, o bem-estar de sua família é também seu bem estar, portanto reconhecemos o potencial imenso que tem a escola no sentido de fornecer alguma dignidade a famílias trabalhadoras pobres que sofreram e sofrem com os ataques nos últimos anos.

O Governo Federal, principalmente a partir de 2016, abdicou de melhorar estruturalmente a educação básica, abandonando por completo o Plano Nacional de Educação, que previa, em uma década (2014-2024), aumentar para 10% do PIB o valor investido em educação básica.

Precisamos retomar o processo de valorização da escola pública.

Nesse sentido propomos:

A - Aumentar, gradativamente, para R\$ 3,00 reais por aluno o valor repassado para merenda escolar.

B - Acelerar a adesão dos municípios a parcerias com a agricultura familiar local para o fornecimento de produtos para a alimentação escolar, tendo em vista que, segundo dados do próprio Ministério da Educação (MEC), apenas 1.576 dos 5.565 municípios brasileiros aderiram ao programa de fortalecimento da agricultura familiar.

C - Estabelecimento do **Programa Nacional de Soberania Alimentar da família na Escola** que possibilitará, mensalmente, a entrega de cestas básicas alimentares a famílias que estejam passando por dificuldades financeiras. As cestas serão entregues na escola para a responsável do sexo feminino (Masculino em caso de casal homoafetivo), os produtos serão adquiridos da agricultura familiar local e as condições para que possa ser requerido o auxílio irão ser: Um dos filhos plenamente matriculado na instituição, estar desempregado há, no mínimo, três meses. Cada família terá acesso a uma cesta mensalmente durante o período de desemprego.

D - Café da manhã na escola. Ao chegar, em vez de ir direto para a sala de aula, a criança ou adolescente iria ao refeitório, onde teria acesso a um café da manhã. Nenhuma criança merece estudar com fome.

3) Democracia na Escola

Nos últimos anos temos visto um enfraquecimento da democracia nas escolas. Cada vez mais comuns são os diretores indicados politicamente, sem passar pelo crivo da comunidade escolar, Organizações não Governamentais (ONGS), Think Tanks e Fundações empresariais vendendo apostilas e formações para professores da rede pública, etc. Nesse processo os conselhos escolares, os projetos políticos pedagógicos e a liberdade de cátedra perdem força.

Um exemplo emblemático dos últimos anos é a Reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a primeira baixada via Medida Provisória, sem o devido debate com a categoria e suas organizações representativas. Ambas as medidas reduzem o ensino médio a lógica tecnicista, dedicando o ensino ao desenvolvimento de habilidades e competências, assim como reduziu gradualmente as disciplinas cobradas em provas externas, deixando as outras áreas, como humanidades e ciências da Natureza desorganizadas.

Nesse sentido, propomos:

A - Incentivos fiscais para que Estados e Municípios fomentem eleições nas escolas para o cargo de diretor e para que Escolas formem grêmios estudantis.

B - Mudança da redação do artigo 7 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), onde se acrescentaram travas para Organizações filantrópicas criadas por empresários, dedicando o auxílio público apenas às ONG's e organizações populares e locais.

C - Proibição de cursos vendidos por organizações do Terceiro Setor para formação continuada de professores. Tais espaços deverão ser organizados anualmente, por Estados e municípios, através de um colegiado com poder deliberativo formado por membros do poder público, Sindicatos da categoria e organizações representativas dos estudantes.

D - Retirada da Educação da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que seja possível preencher todos os quadros de profissionais escolares através de concurso público. Terceirização é privatização.

E - Revogação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que entendemos como ilegítimas por não terem sido discutidas com a categoria, tampouco com os Estados e Municípios.

F - Reforma popular do Ensino Médio. O Ensino Médio piorou após a reforma realizada em 2017, entretanto o ensino secundário do Brasil sofria com altas taxas de evasão e não apresentava, através das Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC's) e Parâmetros Nacionais Curriculares (PNC's), uma didática que contemplava, de forma crítica, a sociedade em que vivemos, assim aceitamos que o Ensino Médio precisava de reforma, mas não uma reforma empresarial.

A Reforma Popular do Ensino Médio terá como princípio a prioridade da participação de quem trabalha e estuda na escola, assim os principais propositores serão as associações de professores por área (AMPUH, SBEnBio, ANPmat, etc.), Sindicatos nacionais, estaduais e municipais do magistério e representações estudantis (UNE, UBES, FENET, etc.).

A cada ano deverá ocorrer uma assembleia anual para analisar os progressos e discutir os caminhos que a reforma deve tomar.

Deverá ser criada uma Secretaria Especial da Reforma Popular do Ensino Médio, cujo secretário será eleito pelas organizações sindicais e estudantis e indicado. A secretaria terá coordenações de área (Humanidades, Ciências da Natureza e Linguagens) que irão gerir o trabalho em cada uma delas em contato constante com as associações de professores de disciplinas específicas. Nas assembleias serão apresentadas as propostas aos representantes de Sindicatos Nacionais e representações estudantis, podendo ser aprovadas ou rejeitadas.

Ao fim dos trabalhos será elaborado o projeto de Lei a ser aprovado através de plebiscito popular.